

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1004018-71.2018.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Títulos de Crédito</b>
Requerente:	<b>Radio Progresso Sao Carlos Ltda</b>
Requerido:	<b>Petipola Baby Kids Confeções Eireli Me</b>

**RADIO PROGRESSO SAO CARLOS LTDA** pediu a condenação de **PETIPOLA BABY KIDS CONFECÇÕES EIRELI ME** ao pagamento da importância de R\$ 6.447,93, correspondente ao preço por serviços de publicidade que foram prestados.

Citada, a ré não contestou o pedido.

A autora requereu a aplicação dos efeitos da revelia.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

À falta de contestação, presumem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (art. 344 do Código de Processo Civil), com a consequência do acolhimento do pedido. Ademais, os documentos juntados demonstram a relação jurídica estabelecida entre as partes, da qual decorre o débito devido pela ré.

Cabem ressalvas.

Não se trata de desfazimento de contrato, por descumprimento de cláusula específica, pelo que não incide multa compensatória de 20% prevista no instrumento. Cuida-se de cobrança da prestação pecuniária prometida, sobre a qual incidem os encargos moratórios correspondentes.

Os honorários advocatícios são fixados na sentença, não aqueles previstos no instrumento. O exercício de cobrança extrajudicial não se compatibiliza com obrigação assumida pela contratante, nem se cumula.

**P O D E R   J U D I C I Á R I O****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré a pagar para a autora a importância de R\$ 3.893,77, com correção monetária e juros moratórios subsequentes ao período contemplado na planilha de cálculo de fl. 37, além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 20% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 27 de junho de 2018.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**